



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

18067 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

A POLÍTICA PÚBLICA DE EJA NA BAHIA: UM ESTUDO CARTOGRÁFICO SOBRE AS MATRÍCULAS DOS ÚLTIMOS 10 (DEZ) ANOS

Isadora Silva Santos Sampaio - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

Graça dos Santos Costa - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

**A POLÍTICA PÚBLICA DE EJA NA BAHIA: UM ESTUDO CARTOGRÁFICO
SOBRE AS MATRÍCULAS DOS ÚLTIMOS 10 (DEZ) ANOS**

INTRODUÇÃO

A política pública de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Bahia é um campo dinâmico que visa proporcionar educação inclusiva e de qualidade para pessoas, a partir de 15 anos, adolescentes, jovens, adultos e idosos, que ainda não consolidaram a educação básica. A última década foi marcada por grandes mudanças na EJA da Bahia. Este estudo tem por objetivo analisar os avanços, desafios e impactos na política pública de EJA na Bahia, a partir de seu contexto de programas, projetos, portarias e ações; dos dados da matrícula nos últimos 10 anos (2014-2023) do Censo Escolar, apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e pelos dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo 2022.

Dessa forma, as movimentações da Política Pública de EJA na Bahia é marcada por grandes mudanças, que vão desde a implementação de um curso de Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos – MPEJA, através da Universidade do Estadual da Bahia, novas portarias de seus cursos secundários, a criação de programas, projetos e ações que mobilizaram a modalidade de ensino nos 27 Territórios de Identidade, através dos seus Núcleos Territoriais de Educação (NTE) e por conseguinte, em seus 417 municípios, através das suas Secretarias de Educação. Apesar de terem em seu percurso, a pandemia da COVID-19, que

desvelou ao mundo, todas as fragilidades e escassezes, da educação, também deixou claro as suas potencialidades.

Para melhor compreendermos todos esses processos, faremos um recorte dos últimos 10 anos, sobre as matrículas da EJA na Bahia, as ofertas de ensino, os programas, projetos e ações do Governo do Estado, traçando um paralelo entre os dados do INEP e do EBGE, para melhor compreendermos seus avanços, desafios e impactos.

Diferente de muitas políticas públicas, as educacionais, não apresentam resultados instantâneos, seus parâmetros, normalmente se estabelecem em ciclos de 10 anos, assim podemos analisar, comparar e em certa medida entrelaçar resultados sobre seus progressos, falhas, retrocessos, estagnações e possíveis projeções, o que pode influenciar na mudança de rotas e/ou continuidade, em parte ou total, e, possíveis inovações. Ao mergulhar neste estudo, teremos uma maior dimensão da política pública da EJA, na Bahia, neste período, além de poder responder às seguintes problematizações: Como os resultados das matrículas da EJA e seu contexto, podem apontar para os avanços, desafios e projeções de sua política pública? O que apontam os resultados das ofertas de ensino das redes federal, estadual, municipal e particular do estado da Bahia? É possível definir o perfil dos estudantes da EJA e seu alcance através de suas matrículas?

Este trabalho tem por objetivo geral apresentar um estudo cartográfico sobre as matrículas da EJA na Bahia, nos últimos 10 anos, para tanto, irá promover um breve panorama sobre as políticas públicas da EJA na Bahia, consolidando o levantamento de suas matrículas nos últimos 10 anos, em suas redes: federal, estadual, municipal e particular de ensino, em paralelo com os dados do IBGE, Censo 2022 e por fim, identificando os principais avanços, desafios e impactos em sua política pública atual e futura.

A relevância em estudar estes dados de modo combinado, nos garante uma visão ampla a qual nos remete ao estudo cartográfico, posto que, estes não são dados frios, antes, eles merecem o nosso olhar crítico e sensível sobre o seu maior objeto, que é a Política Pública de Educação de Jovens e Adultos do Estado da Bahia e, por conseguinte os seus sujeitos de direito, a quem se destina. Estes dados, revelam à sociedade, a necessidade de novos e permanentes investimentos, pondo-a no centro das discussões, ao tempo em que a tira da invisibilidade. Os dados apontam para um avanço que não mais poderá constituir-se em retrocesso, sob pena de isolar e impedir o avanço não só das pessoas que dependem dessa política pública, mas também, de toda uma sociedade, da qual essa gente faz parte, cujo direito lhe é assegurando constitucionalmente e não pode ser vista como moeda de troca, mas sobretudo, como justiça social.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e se caracteriza como uma investigação cartográfica. Utilizaremos a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) e o modelo de estudo cartográfico sugerido por Passos, Kastrup e Escóssia (2015), com o intuito de expandir a compreensão sobre as políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Bahia. A partir de um panorama das políticas públicas de EJA na última década, realizaremos uma análise documental das diretrizes oficiais da Secretaria Estadual da Educação (SEC), incluindo relatórios, portarias, programas, projetos e ações, para delinear o contexto e estabelecer possíveis conexões entre os indicadores do Censo Escolar da Bahia e as matrículas da EJA, utilizando dados do INEP e do censo demográfico de 2022 do IBGE.

Após o levantamento dos documentos normativos e indicadores institucionais, realizamos uma leitura sistemática por meio de fichamentos, com o objetivo de extrair informações pertinentes que evidenciem as interpenetrações entre os temas estudados e as ideias principais de cada texto. A análise das informações segue as diretrizes metodológicas de Bardin (2011) e é estruturada em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material, inclusão de categorias ou codificação; 3) tratamento dos resultados, com inferências e interpretação.

Para fundamentar o estudo cartográfico, apoiamos-nos nos conceitos de Deleuze e Guattari (1995), que destacam a cartografia como mais eficaz na descrição de processos do que na representação de estados fixos. Saliente-se o termo processo e a possibilidade de a cartografia contribuir para as pesquisas qualitativas que se propõem ao acompanhamento de processualidades, visto que o método qualitativo pode ser caracterizado como “aquele que quer entender como o objeto de estudo acontece ou se manifesta; e não aquele que almeja o produto, isto é, os resultados finais matematicamente trabalhados” (Turato, 2005, p.509). Assim, destaca-se a relevância das políticas públicas analisadas a partir dos dados que se originam também a partir delas, tanto pela ação quanto pela inação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Educação de Jovens e Adultos é um espaço de lutas, de disputas, mas também de conquistas, a Bahia ao longo das últimas décadas, tem buscado aprimorar suas Políticas Públicas, para garantir a estes sujeitos uma educação de qualidade, através das múltiplas ofertas de ensino, projetos, programas e ações. O

que começou com uma oferta de ensino acelerada e de certificação, para atender as demandas do mercado, foi evoluindo e passando por transições importantes desde a definição de sua Política Pública da EJA, em 2008, que traz como referência o princípio de uma educação ao longo da vida.

A política pública de EJA na Bahia, traz como referência os muitos homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, em sua grande maioria, pretos e pretas, das zonas urbanas e rurais, das comunidades indígenas, quilombolas e ciganas, dos centros urbanos, das periferias, do campo, da Socioeducação, da educação em prisões e seus espaços abertos e semiabertos; para pessoas em situação de rua, LGBTQIAPN+, com ou sem necessidades especiais de aprendizagem.

Esse olhar sensível sobre o seu sujeito à luz do seu Território de identidade propicia a elevação de suas matrículas ao longo dos últimos 10 anos, colocando a Bahia, no ano de 2023, no topo do ranking nacional, com um total de 400.009 matrículas, ficando à frente do segundo colocado, São Paulo, com 282.250 matrículas; do terceiro colocado, Rio de Janeiro com 184.274 matrículas; do quarto colocado, o Maranhão, com 178.321 matrículas e do quinto lugar, Minas Gerais, com 176.891 matrículas, conforme gráfico abaixo:



Fonte: Inepdata Censo Escolar Ministério da Educação

Na região Nordeste, a Bahia vem seguida pelo Maranhão, conforme acima; Ceará, com 156.066 matrículas, em sexto lugar; Alagoas, com 141.286 matrículas, em oitavo lugar; Pernambuco, com 126.420 matrículas, em nono lugar; Paraíba, com 106.632 matrículas, em décimo lugar; Piauí, com 98.066 matrículas, em décimo primeiro lugar; Rio Grande do Norte, com 53.282 matrículas, em décimo sexto lugar e Sergipe, com 37.019 matrículas, em vigésimo lugar, conforme gráfico acima.

Ao analisarmos os dados produzidos e divulgados pelo INEP em 2024, através da página do inepdata, do censo escolar, que destaca os dados de

matrícula dos 10 últimos anos da EJA, observamos que de 2014 até 2020 o Estado de São Paulo liderava o número de matrículas e a Bahia que sempre esteve em segundo lugar, com exceção do ano de 2016 ocupando o terceiro lugar; assume a liderança nos anos de 2021, 2022 e 2023.

Estes dados contemplam as matrículas da EJA nas redes: federal, estadual, municipal e particular de ensino, no que tange à educação formal, o que nos permite compreender não só a dimensão e o alcance das políticas públicas de EJA, mas também, como elas podem reverberar em seus planejamentos, monitoramentos e avaliações.

A Bahia é um estado de dimensões continentais com 564.760.427 Km² de extensão territorial e uma população de 14.930.634 pessoas, sua divisão política está subordinada à 27 Territórios de Identidade e 417 municípios. Cada Território de Identidade possui características sociais, econômicas, políticas e culturais bem diversas e conseqüentemente, esta diversidade se faz refletir em seu povo, suas crenças, costumes e tradições, o que naturalmente irá refletir em seus currículos, práxis pedagógicas e, sobretudo, em suas políticas públicas de acesso, permanência e sucesso escolar dos estudantes.

A política pública de EJA da Bahia está para adolescentes a partir de 15 anos, jovens, adultos e idosos que escolhem ou são conduzidos à EJA, para consolidarem seus saberes, quer seja através de programas de Alfabetização como o Todos pela Educação (TOPA), o Programa Paulo Freire de Alfabetização de Jovens e Adultos, lançado em 15 de junho de 2022, no auditório da Secretaria da Educação do estado da Bahia.

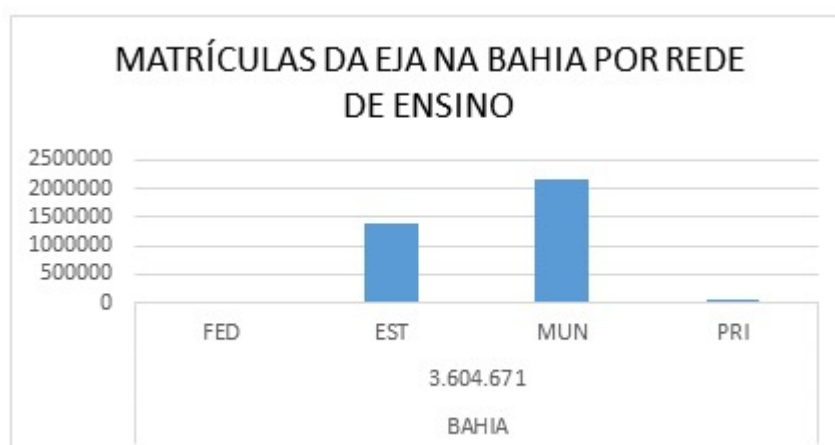
Ao longo das últimas décadas a EJA da Bahia implementou e reestruturou ofertas de Ensino como: Tempo de Aprender (2000-2008-2022), o Tempo Formativo (2008-2022), o Tempo Juvenil (2014-2022). Os Postos de Extensão (2008), que é um modelo de ensino específico e temporário que propõe uma ação educativa própria, interventiva, para ambientes de trabalho em parceria com empresas, indústrias e comércio, além da experiência singular dos Centros Noturnos de Educação da Bahia (CENEB 2013-2018), e a educação profissional na EJA, através de cursos FIC e do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Além disso, a Bahia possui um Programa de Certificação Permanente, a CPA Digital (1986-2022), tornou-se um Programa implementando a CPA Itinerante, que leva a ação certificadora aos municípios que ainda não tem uma Unidade Certificadora Permanente. A Certificação digital, passou a garantir maior agilidade e acesso aos Exames de Certificação no Estado, bem como, proporcionou uma maior

celeridade na certificação do Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA).

Em meio à Pandemia da COVID-19 (2020-2021), a Bahia desenvolveu 120 Cadernos de Apoio à Aprendizagem EJA, uma produção coletiva e solidária, realizada por professores da rede, uma ação própria do Estado, que revela muito de si, para os seus. Mesmo com a descontinuidade do Programa Nacional do Livro Didático para a EJA (PNLD/EJA), em 2017, a Bahia investiu recursos públicos na aquisição de livros didáticos em 2021, para o exercício de 2022. Ainda em 2021, deu início à produção do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) Volume 3, das Modalidades- Especial, Indígena, Campo, Quilombola e EJA (2021-2022), esta ação foi desenvolvida por profissionais da educação, egressos do Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA), da UNEB e professores das redes municipal e estadual, além de técnicos da Secretaria da Educação, sua escrita teve início no ano de 2021, passando por consulta pública. É preciso destacar, que a UNDIME estimulou a elaboração do DCRB dos Município e isso ampliou o cenário de discussões sobre a EJA que somadas as LIVES e formações como a AUEJA, fez aproximar as discussões que geralmente se dá no âmbito das academias, agora, nas escolas e redes de ensino.

Destaca-se ainda, que foram realizados diversos Diálogos e Encontros Territoriais de EJA, destacando-se os 27 Encontros Territoriais de 2022, que promoveu a discussão entre Gestores, Coordenadores Pedagógicos e Secretarias municipais, sobre a EJA, enquanto Política Pública Afirmativa de Direitos, cujo compromisso de fomentá-la é um dever de todos. Todas essas ações contribuíram para o impacto na elevação do número de matrículas da EJA na Bahia.



Fonte: Inepdata Censo Escolar Ministério da Educação

Para compreendermos melhor esta afirmativa veremos no gráfico de matrículas da EJA na Bahia por rede de ensino, pois nos ajuda a estabelecer a

média de matrículas no Estado nos anos de 2014 – 2023, que equivale a 3.604.671 matrículas, com uma média de 360.467,1 matrículas por ano, sendo distribuída entre as redes: federal, estadual, municipal e particular, responsáveis pela oferta de EJA em seus territórios de identidade.

Assim, temos: a rede federal, com 4.067 matrículas e média de 406,7 por ano; a rede estadual, com 1.391.930 matrículas e média de 139.793 por ano; a rede municipal com 2.143.843 matrículas e média de 241.384,3 por ano, que dividido pelos 417 municípios, compreende uma média de 514,111 matrículas por ano e por fim, a rede particular com 64.831 matrículas e média de 6.486,1 por ano.

Os dados acima revelam-nos um declínio na oferta da rede federal, seguido pelo crescimento das redes estadual, municipal e privada de ensino, na oferta de EJA, o que precisa ser acompanhado pelo gestores com bastante atenção, posto que esses dados poderiam ser ainda maior, uma vez que, nos três últimos anos, a rede estadual vem reduzindo gradativamente a oferta do ensino fundamental da EJA, contudo, com conseqüente avanço na oferta do ensino médio, por outro lado, os municípios vêm ampliando suas ofertas de ensino fundamental tanto com foco nos anos iniciais quanto nos anos finais deste seguimento de aprendizagem, estas informações são objeto da análise do censo escolar.

A pesquisa está em andamento e o estudo completo se estende sobre o número de escolas, de professores e algumas características indenitárias dos sujeitos matriculados na EJA, que vão contribuir para melhor caracterizar os desafios das políticas públicas e sua qualificação frente necessidades do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa, apontam para um avanço crescente nas matrículas de EJA na Bahia, o que garante mais acesso dos estudantes à esta modalidade de ensino, impulsionadas pelas ações, projetos, programas, portarias e ampliação de vagas, contudo, é preciso atentar para a sua continuidade e implementação de novas ações que assegurem, não só o acesso, sempre que se fizer necessária, mas também, superem os desafios de qualidade, garantidores da permanência e do sucesso escolar, para tanto, o acompanhamento, o monitoramento e as intervenções constituem-se em um modos operandi que poderá garantir o seu sucesso.

É preciso garantir à EJA um espaço para discussão em pares e proporcionar-lhe a oportunidade de coloca-la da centralidade das discussões que envolvem suas políticas públicas. A conscientização de toda uma sociedade, desde os profissionais que nela atuam às universidades e seus cursos de graduação e pós-graduação,

que elevam o potencial discursivo, teórico e prático, o fomento de novos investimentos e posicionamentos sobre esta modalidade de ensino, dão-lhe maior visibilidade, deixando para trás a histórica invisibilidade ao redor da EJA.

Ante o exposto, vimos como as matrículas da EJA no decurso dos últimos 10 anos, nos ajudaram a revelar seus avanços, desafios e projeções, no que tange as redes: federal, estadual, municipal e particular. Vimos ainda, o quanto a visibilidade da EJA, contribui para um maior investimento e qualificação das ofertas de ensino, projetos, programas e ações. Estar no século XXI é acreditar que nenhum dos seus ficarão para trás, posto que ignorar a realidade é ignorar a própria história! O futuro é escrito no presente e o presente nunca foi tão próspero.

Há muito o que se pesquisar, há muito mais o que se discutir, embora haja muitos estudos sobre a EJA, estes ainda não chegaram ao alcance dos nossos profissionais da educação, nem tampouco aos nossos estudantes, as nossas salas de aula, nem é de todo contemplado em nossas políticas públicas, mas haveremos de reconhecer os avanços, para que eles persistam e possam ditar as necessárias e auspiciosas mudanças e assim, elevar a EJA ao seu lugar de direito, que é a de uma educação pensada a partir e com o seu sujeito, capaz de promover e transformar suas vidas, empoderando e impulsionando-os a ocuparem seus espaços, na sociedade em que vivem, de cabeça erguida, conscientes e como iguais.

Ao discutir-se a política pública de acesso à educação de jovens e adultos na Bahia destacam-se a abertura de novas turmas e a permanências da oferta de ensino através das escolas e espaços educativos, além de chamadas públicas, busca ativa e políticas de incentivo à permanência para com isso, garantir o atendimento da demanda que tem como referência os dados de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Censo Escolar, pelo INEP 2024.

Diante da existência clara de demanda reprimida ao longo da história do país e desse Estado, onde tudo começou, há uma necessidade premente de garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos sujeitos da EJA, destaque-se que o objeto desse estudo, é apenas a política pública de acesso à Educação de Jovens e Adultos, por parte dos seus sujeitos, posso cumprir seu compromisso social, político, econômico e cultural.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs de Janeiro: Ed. 34, 1995a. V. 1. _____. Mil Platôs capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995a. V. 1.

IBGE. <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>

INEP. Painéis Estatísticos-Censo Escolar. <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWlyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhliwidCI6IjI2Zj>

PASSOS, Eduardo. KASTRUP, Virgínia. ESCÓSSIA, Liliana da. Org. Pistas do método da cartografia: Pesquisa intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. Revista de Saúde Pública, v. 39, n. 3, p. 507- 514, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n3/24808.pdf> Acesso em: jan. 2017.

RESUMO

O estudo cartográfico analisa os avanços, desafios e impactos da política pública de EJA na Bahia, considerando as matrículas nos últimos 10 anos (2014-2023) e dados do IBGE/2022. A pesquisa realiza uma análise qualitativa dos documentos da SEC e nas matrículas da EJA. Os resultados são agrupados em três categorias: Contribuições de portarias, programas, projetos e ações da EJA para garantir o acesso, permanência e sucesso dos estudantes; Desafios da demanda da EJA e a necessidade de projetar a oferta com base nos dados do IBGE; Avanços nas matrículas de EJA e seus desafios para as políticas públicas de acesso à educação. Os resultados indicam um crescimento nas matrículas de EJA, proporcionando maior acesso aos estudantes, impulsionado por ações, programas e ampliação de vagas. No entanto, é necessário manter e fortalecer essas iniciativas para garantir a permanência e o sucesso escolar, por meio do monitoramento e acompanhamento efetivo.

PALAVRAS CHAVES: Políticas Públicas, Educação de Jovens e Adultos, Bahia, matrículas, estudo cartográfico.